

Relatório de Autoavaliação Institucional
Ano Referência - 2025
IFG - Câmpus Aparecida de Goiânia



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Relatório de Autoavaliação Institucional **Ano Referência - 2025**

Aparecida de Goiânia/GO, abril de 2026



Reitoria do IFG

Reitora

ONEIDA CRISTINA GOMES BARCELOS IRIGON

Diretoria Executiva

WANDERLEY AZEVEDO DE BRITO

Pró-Reitoria de Administração

DIEGO SILVA XAVIER

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

SANDRA ABADIA FERREIRA

Pró-Reitoria de Ensino

TAUÃ CARVALHO DE ASSIS

Pró-Reitoria de Extensão

REINALDO DE LIMA REIS JÚNIOR

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

LORENA PEREIRA DE SOUZA ROSA

Diretoria Geral do Câmpus Aparecida de Goiânia

MARCOS FLÁVIO MÉRCIO DE OLIVEIRA

Equipe Comissão Central da CPA 2025/2027

MICHELE SIQUEIRA
Representante Docente
Coordenadora

ANIELA PILAR CAMPOS DE MELO
Representante Docente
Secretária

LARISSA MESSIAS MORAES
Representante Docente

MARCOS DE LUCA ROTHEN
Representante Docente suplente

DIVINO GABRIEL LIMA PINHEIRO
Representante Docente suplente

JEOVANE DIAS COELHO
Representante Docente suplente

VIVIANE BUENO GUIMARÃES
Representante Técnico-Administrativo

PATRICIA SOUZA BARBOSA OLIVEIRA
Representante Técnico-Administrativo

WALTER PEREIRA DE FREITAS
Representante Técnico-Administrativo

STHÉFANNY MÉMORE DO CARMO
Representante Discente

BÁRBARA ANGELA SCANDIUZZI DE SOUZA
Representante Discente

LUÍS ARTHUR RODRIGUES COSTA
Representante Discente

CARLOS DANIEL RODRIGUES DE SOUSA
Representante Discente suplente

CARLOS ALBERTO DIAS DA SILVA JUNIOR
Representante Discente suplente

RAONI RIBEIRO GUEDES FONSECA COSTA
Sociedade Civil Organizada

LIDIANE MONTEIRO DE ABREU
Sociedade Civil Organizada

REJANE CARMO REZENDE DIAS
Sociedade Civil Organizada

ELIENE MARIANO DA SILVA
Sociedade Civil Organizada

CARLA CAROLINA BATISTA MACHADO
Sociedade Civil Organizada

KAROLLINE FERNANDES SIQUEIRA
Sociedade Civil Organizada

Equipe Elaboradora – Comissão Local de Avaliação

Câmpus Aparecida de Goiânia

Portaria Nº 5195 - Reitoria/IFG, de 03 de outubro de 2025

KELIO JUNIOR SANTANA BORGES

Representante Docente

Coordenador

MARCELO FRANCISCO DE ANDRADE

Representante Docente

Secretário

ANA PAULA DA MOTA LEITE

Representante Técnico-Administrativo

RAULER FERREIRA DOS SANTOS

Representante Técnico-Administrativo

JULIA CATHERINE CAMPOS CAMARGO

Representante Discente

DORA MARCHIORI SILVA NEVES

Representante Discente

RUTILEIA DE SÁ ARRUDA LISBOA

Sociedade Civil Organizada

GABRIEL LUÍS MARQUES GAROLA

Sociedade Civil Organizada

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CC – Conceito de curso
CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica
CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONCAMPUS – Conselho do Campus
CONSUP – Conselho Superior
CONEPEX – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPAL – Comissão Própria de Avaliação Local
CPC – Conceito Preliminar de Curso
CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior
DOC – Docentes
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
e-MEC: Sistema eletrônico de tramitação de processos regulatórios da educação superior.
FIC – Formação Inicial e Continuada
IES – Instituições de Educação Superior
IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
IGC – Índice Geral dos Cursos
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC – Ministério da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PEI – Procuradoria Educacional Institucional
PPC – Projeto Pedagógico do Curso
PPI – Projeto Pedagógico da Instituição
PPPI – Projeto Político Pedagógico Institucional
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da educação Superior
TAE – Técnico/a Administrativo/a

Lista de Gráficos

Gráfico 1:	23
Gráfico 2:	87
Gráfico 3:	8
	88

Lista de Quadros

Quadro 1.	22
Quadro 2.	23
Quadro 3.	24
Quadro 4.	25
Quadro 5.	26
Quadro 6.	26
Quadro 7.	31
Quadro 8.	33
Quadro 9.	39

Tabelas

Tabela 1.	41
Tabela 2.	42
Tabela 3.	47
Tabela 4.	51
Tabela 5.	54

SUMÁRIO

Lista de Siglas		7
Lista de Quadros e Gráficos		8
INTRODUÇÃO		11
1. APRESENTAÇÃO DO CÂMPUS		12
1.1.Histórico do Câmpus Aparecida de Goiânia		12
1.2.Localização		13
1.3.Público Atendido	1	13
1.4. Cursos ofertados		14
1.5.Número de cursos e vagas por modalidades		15
1.6.Cursos de ensino, pesquisa e extensão		16
1.7. Formas de ingresso		18
1.8. Servidores (docentes e técnicos-administrativos)		19
1.8.1. DOCENTES		19
1.8.2. Técnicos Administrativos		21
1.8.3 INTÉRPRETES		22
1.9. Número de alunos por curso		22
2. ATOS REGULATÓRIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR		25
2.1.Avaliações externas:		25
2.1.1. Avaliações <i>in loco</i> :		25
2.1.2. Avaliações <i>in loco</i> IFG/2025		27
2.1.3. Demais indicadores de qualidade		27
2.2. ENADE E CPC DO CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA-IFG /ANO		29
2.2.1. Avaliações Internas		30
2.3. Evolução e Consolidação do Processo de Autoavaliação do IFG		31
2.4. Atual composição da CPA do IFG		31
2.5. COMPOSIÇÃO DA CPA LOCAL DO CÂMPUS APARECIDA		34
3- METODOLOGIA	36	
3.1. DELINEAMENTO DO ESTUDO	36	
3.2. INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS		37
3.3. QUESTIONÁRIOS		37
3.4. DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO DA PESQUISA		38
3.5. ESCALAS, CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS E INDICADORES		39
4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES		41
5- RESULTADOS, ANÁLISES E SUGESTÕES		45

5.1 - EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	45
5.2 - EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	50
5.2.1 - EIXO 2, DIMENSÃO 1 – MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	50
5.3. AVALIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO	53
5.3.1 RESPEITO PELAS DIFERENÇAS ÉTNICAS, RELIGIOSAS, POLÍTICAS, DE GÊNERO E SEXUALIDADE	53
5.3.2 INCENTIVO À PROMOÇÃO DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	53
5.3.3 DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E DE ADMINISTRAÇÃO	54
5.3.3 DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E DE ADMINISTRAÇÃO	54
6-CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
7. REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

A Autoavaliação Institucional instituída pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que, de acordo com a Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, tem entre seus objetivos produzir conhecimentos, identificar causas de problemas ou deficiências, subsidiar a tomada de decisão da Instituição, melhorar a qualidade da educação superior e, acima de tudo, prestar contas à sociedade.

A Autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFG, deve ser vista como um processo de autoconhecimento e prestação de contas a ser conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), envolvendo toda a comunidade que compõe a Instituição.

O processo de Autoavaliação Institucional é anualmente consolidado por meio de Relatórios de Autoavaliação Institucional que tem por finalidades sistematizar e levar ao conhecimento da comunidade os resultados obtidos, fomentar a cultura de avaliação institucional, promover melhorias na Instituição e subsidiar os processos de avaliação externa.

O Relatório está estruturado conforme proposta de roteiro da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014 e apresenta a seguinte estrutura:

1. Apresentação da Instituição: apresenta um breve histórico da Instituição e sua atual estrutura;
2. Atos regulatórios da Educação Superior: contextualiza o leitor a respeito dos atos regulatórios estabelecidos na Portaria nº40 de 2007, atualizada em 2010;
3. Consolidação do processo de autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás: expõe a trajetória do processo de autoavaliação da Instituição.
4. Metodologia: apresenta métodos e etapas da condução da autoavaliação institucional, tais como: delineamento do estudo, instrumentos e técnicas de coleta de dados, definição da população de pesquisa, escalas e critérios de análise.
5. Resultados, análises e sugestões: nesta seção é apresentado ao leitor, os resultados da pesquisa de autoavaliação, as análises dos resultados e as propostas de melhorias ao IFG.

6. Desafios para os próximos processos de autoavaliação

É importante destacar que o processo de elaboração e consolidação do Relatório de Autoavaliação é compreendido de forma substancial e não só como mero procedimento burocrático ou movimento de avaliar por avaliar. O presente Relatório busca contribuir efetivamente para promoção de melhorias na Instituição por meio da disponibilização dos dados, análises e sugestões da CPA para os agentes envolvidos nos processos deliberativos, de modo que as políticas institucionais sejam cada vez mais assertivas.

Os resultados da autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, referente ano de 2025, presentes neste relatório, serão amplamente divulgados à comunidade acadêmica e discutidos junto à gestão do IFG, em eventos institucionais.

1. APRESENTAÇÃO DO CÂMPUS

1.1.Histórico IFG Aparecida de Goiânia

O Instituto Federal de Goiás – Câmpus Aparecida de Goiânia foi implantado no contexto de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com o objetivo de ampliar o acesso à educação pública e gratuita em uma das cidades que mais crescem em Goiás. A unidade iniciou suas atividades em 2012, voltada à formação de estudantes do ensino médio integrado à educação profissional, atendendo principalmente à população local e contribuindo para a democratização do ensino no município.

Desde sua criação, o câmpus estruturou sua atuação com foco na formação técnica e científica alinhada às demandas regionais. Ao longo dos anos, ampliou a oferta de cursos, incluindo graduações e ações de qualificação profissional, além de desenvolver projetos de pesquisa e extensão que aproximam a instituição da comunidade. Essas iniciativas reforçam o papel do IFG Aparecida como agente de transformação social e educacional.

Inserido em um território marcado pelo crescimento urbano e industrial, o Câmpus Aparecida de Goiânia consolidou-se como referência na formação de mão de obra qualificada e na promoção de oportunidades educacionais. Com atuação integrada entre ensino, pesquisa e extensão, a unidade contribui para o desenvolvimento local, fortalecendo vínculos com a comunidade e com diferentes setores da sociedade.

1.2. Localização:

Situado na Av. Universitária Vereador Vagner da Silva Ferreira, Qd. 1, Lt. 1-A, no bairro Parque Itatiaia, o Câmpus Aparecida de Goiânia do IFG insere-se em uma área urbana da Região Metropolitana de Goiânia, marcada por intenso crescimento populacional, expansão da malha urbana e diversidade social, características do município de Aparecida de Goiânia, que supera 527 mil habitantes e apresenta alta densidade demográfica. Nesse contexto, o câmpus ocupa uma posição estratégica ao atender uma população jovem e trabalhadora, em uma cidade com forte dinâmica econômica e desafios ligados à inclusão social, mobilidade e ampliação do acesso à educação pública de qualidade. Assim, sua presença no território reforça o papel do IFG como instituição de formação técnica, científica e cidadã, articulada às necessidades locais e ao desenvolvimento regional.

Endereço completo: Av. Universitária Vereador Vagner da Silva Ferreira, Área 1 – Parque Itatiaia. Aparecida de Goiânia-GO. CEP: 74968-755

1.3. Público atendido

A população atendida pelos cursos do Instituto Federal de Goiás – Câmpus Aparecida de Goiânia é diversa e abrange diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade, conforme as modalidades de ensino ofertadas pela unidade. De acordo com informações oficiais do IFG, o câmpus oferece cursos técnicos integrados ao ensino médio, voltados principalmente a estudantes que concluíram o ensino fundamental e desejam cursar, ao mesmo tempo, o ensino médio e uma formação profissional.

Além desse público mais jovem, o câmpus também atende pessoas adultas por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), destinada a quem tem mais de 18 anos e não concluiu o ensino médio, possibilitando o retorno aos estudos aliado à qualificação técnica. Também são contemplados estudantes que já finalizaram o ensino médio e buscam formação técnica ou superior, por meio de cursos de graduação em áreas como engenharias, artes e licenciaturas.

De forma geral, o Câmpus Aparecida atende tanto jovens em formação inicial quanto trabalhadores e adultos em busca de qualificação ou requalificação profissional. Essa diversidade se reflete no perfil dos estudantes, que inclui alunos da rede pública, pessoas em retomada de estudos e candidatos interessados em ensino superior gratuito, compondo um público aproximado de centenas de estudantes distribuídos em diferentes níveis e modalidades de ensino.

1.4. Cursos ofertados

Cursos de graduação

- Bacharelado em Engenharia Civil
- Licenciatura em Dança
- Licenciatura em Pedagogia Bilíngue

Cursos técnicos integrados ao ensino médio (EMI)

- Técnico em Alimentos
- Técnico em Edificações
- Técnico em Química

Cursos técnicos na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos)

- Técnico em Alimentos (EJA)
- Técnico em Modelagem do Vestuário (EJA)

Pós-graduação

- Mestrado Profissional em Artes (ProfArtes)

De forma geral, os cursos do câmpus estão organizados em áreas como produção alimentícia, infraestrutura, indústria, artes e educação, atendendo tanto estudantes do ensino médio quanto quem busca formação superior ou qualificação profissional.

1.5. Número de cursos e vagas por modalidades

Cursos de graduação	Número de vagas em 2026
Bacharelado em Engenharia Civil	21 vagas pelo Vestibular Enem 9 vagas pelo SiSU Total: 30 vagas
Licenciatura em Dança	28 vagas pelo Vestibular Enem 11 vagas pelo SiSU Total: 39 vagas
Licenciatura em Pedagogia Bilíngue	15 vagas pelo Vestibular Enem 06 vagas pelo SiSU 09 vagas destinadas a candidatos surdos Total: 30 vagas

Cursos técnicos integrados ao Ensino Médio (EMI)	Número de vagas
Técnico em Alimentos	30 vagas pelo Processo Seletivo
Técnico em Edificações	30 vagas pelo Processo Seletivo
Técnico em Química	30 vagas pelo Processo Seletivo

Cursos técnicos integrados ao Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Número de vagas
Técnico em Alimentos	30 vagas
Técnico em Modelagem do Vestuário	30 vagas

Pós-graduação	Número de vagas
Mestrado Profissional em Artes - ProfArtes	25 vagas

1.6. Cursos de ensino, pesquisa e extensão

ENSINO	
Ação	Docente responsável
CAMERATA VOCAL – IFG/APARECIDA DE GOIÂNIA	Germano Lopes
Curso de Libras básico	Raquel Araújo Mendes de Carvalho
Ciclos de Formação em Boas Práticas Construtivas e Segurança no Trabalho para Discentes de Engenharia Civil	Renato Costa Araújo
Estudando funções com o Geogebra	Flávia de Almeida Pinheiro
As referências nas letras de dois estilos musicais sertanejo e popular brasileiro sobre a sociedade brasileira a partir do século XX	José Renato Masson
Xadrez Escolar: Estratégia, Concentração e Desenvolvimento Cognitivo	Carlos Rangel Otto
NOÇÕES BÁSICAS DE TICS NA EJA	Alix Costa Lima

PESQUISA

Ação	Docente responsável
Núcleo de Pesquisa em Sociedade, Educação e Cultura	Danyllo Di Giorgio Martins da Mota
INCOMUM - Grupo de Pesquisa em Processos de Criação e Ensino de Arte	Alexandre Guimarães
GRUPO DE PESQUISAS EM MATERIAIS, INOVAÇÃO, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE	Renato Costa Araújo
NÚCLEO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO E LINGUAGEM	Alexssandro Ribeiro Moura

EXTENSÃO

Ação	Docente responsável
Programa de Extensão: “Conectando Moda e Negócios: aprenda a Inovar e Empreender com Vestuário”	Yane Ondina de Almeida
Programa Partiu IF	Kelio Junior S. Borges Jéssica Azevedo Coelho
Curso preparatório de Matemática "Um degrau para o ingresso”	Marcelo francisco de Andrade
Expo Modelagem (já em sua oitava edição)	Yane Ondina de Almeida

Semana Fashion Revolution da Modelagem do Vestuário (não cadastrado em edital)	Elisângela Tavares da Silva
Curso de Produtora de Queijo pelo Programa Mulheres Mil	Renata Cunha dos Reis
Brinquedoteca do curso de Pedagogia Bilíngue do Câmpus Aparecida de Goiânia	Ruskaia Mendonça

1.7. Formas de ingresso

Cursos	Forma de Ingresso
Graduações	<ul style="list-style-type: none"> - Vestibular Enem - SiSu - Vestibular simplificado IFG - Transferência externa - Transferência interna - Seleção para portadores de diploma - Reingresso - Prova para portadores de diploma
EMI	Processo seletivo com prova presencial
EJA	Palestra seguida de sorteio.

1.8. Servidores (docentes e técnicos-administrativos)

1.8.1. DOCENTES

01	ADRIANA PAES LEME PAIVA GOMES	Artes Cênicas
02	ALAN DUMONT CLEMENTE	Química
03	ALCIANE BARBOSA MACEDO PEREIRA	Psicologia
04	ALEXANDRE JOSÉ GUIMARÃES	Arte/ Artes Visuais
05	ALEXSSANDRO RIBEIRO MOURA	Língua Portuguesa
06	ALIX COSTA LIMA P. B. DOS SANTOS	Letras - Espanhol
07	ANA MARIA BARBOZA LEMOS	Arquitetura e Urbanismo
08	ARLAM CARNEIRO SILVA JÚNIOR	Engenharia Civil
09	CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA (substituto)	Alimentos
10	CARLOS RANGEL NEVES OTTO	Química
11	CHELRY FERNANDA ALVES DE JESUS	Química
12	DANYLLO DI GIORGIO MARTINS DA MOTA	História
13	DIEGO LEONARDO PEREIRA VA	Letras/ Libras
14	DIVA MENDONÇA GARCIA	Engenharia de Alimentos
15	DOUGLAS XAVIER DE ANDRADE	Física
16	EDUARDO DE CARVALHO REZENDE	Ciência da computação
17	ELISANGELA TAVARES DA SILVA	Moda
18	FLÁVIA DE ALMEIDA PINHEIRO	Matemática
19	FRANCO VINÍCIUS DELFINO	Física
20	GERMANO HENRIQUE PEREIRA LOPES	Arte/ Música/ Coral
21	GIOVANI VILMAR COMERLATO	Filosofia
22	GLÁUCIA ROSALINA MACHADO VIEIRA	Administração
23	GUSTAVO OLINTO DA SILVA (Substituto)	Química
24	JESSICA AZEVEDO COELHO	Engenharia Civil
25	JOANA CRISTINA NEVES DE M. FARIA	Ciências Biológicas
26	JOÃO FERREIRA DE ARAÚJO JÚNIOR	Educação
27	JOSÉ JAYME DA SILVA MARQUES	Dança
28	JOSÉ RENATO MASSON	Geografia
29	JOSIANE DOS SANTOS LIMA	Língua Portuguesa
30	KEITH DAIANI DA SILVA BRAGA	Educação
31	KÉLIO JÚNIOR SANTANA BORGES	Língua Portuguesa
32	KÉSIA MENDES BARBOSA OLIVEIRA	Educação
33	LARISSA MESSIAS MORAES	Sociologia
34	LAURA FONSECA TONINI (substituta)	Artes
35	LILLIAN PASCOA	Alimentos
36	LORRAYNE CORREIA SOUSA	Engenharia Civil
37	LOURIVAL DE ALMEIDA SILVA	Biologia
38	LUCAS MAIA DOS SANTOS	Geografia

39	LUCIANA GOMES RIBEIRO	Arte/ Dança
40	MARA LINA RODRIGUES	Engenharia de Alimentos
41	MARCELO FRANCISCO DE ANDRADE	Matemática
42	MARCOS FLÁVIO MÉRCIO DE OLIVEIRA	Educação Física
43	MARIA DE JESUS GOMIDES	Engenharia Civil
44	MARIA FERNANDA COSTA MIRANDA	Dança
45	MARISA ALVES VENTO - Filosofia	Filosofia
46	MARLEI DE FÁTIMA PEREIRA - Biologia	Biologia
47	MICHELLY PATRICIA S. DE A. FOGIA	Química
48	MOISÉS GREGÓRIO DA SILVA	Engenharia Elétrica
49	MURILO MEIRON DE PÁDUA SOARES	Engenharia Civil
50	NATHALIA CORDEIRO LAURIAS	Sociologia
51	NÉRI EMÍLIO SOARES JÚNIOR	Educação Física
52	PAMMILA RODRIGUES JAPIASSÚ CORREA	Arquitetura e Urbanismo
53	PAULA MIRANDA DA SILVA	Engenharia Civil
54	PRISCILLA PRATES DE ALMEIDA	Engenharia de Alimentos
55	RAQUEL ARAUJO MENDES DE CARVALHO	Letras - Português/ Inglês
56	RAUL VITOR RODRIGUES PEIXOTO	História
57	REGIS PUPPIM	Moda
58	REJANE MARIA GONÇALVES	Letras - Português/ Inglês
59	RENATA CUNHA DOS REIS	Engenharia de Alimentos
60	RENATO COSTA ARAÚJO	Construção Civil II
61	RICARDO FERNANDES DE ANDRADE	Engenharia Civil
62	ROBERTO RODRIGUES	Arte/ Dança
63	RONAN SANTANA DOS SANTOS	Matemática
64	ROUSEJANNY DA SILVA FERREIRA	Arte/ Dança
65	RUSKAIA FERNANDES MENDONÇA	Educação
66	SILVANA DA SILVA RODRIGUES	Matemática
67	TAINÁ DIAS DE MORAES BARRETO	Arte/ Dança
68	TAÍS CRISTINA CAPRA (substituta)	Engenharia de Alimentos
69	TATIANA PIRES FLEURY BEZERRA	Matemática
70	TATIANE FELIPE LOPES	Educação
71	THIAGO ANUNCIÇÃO REZENDE	Física
72	THIAGO CARDOSO AGUIAR	Libras
73	THIAGO DE FARIA FALCÃO	Engenharia Civil
74	THIAGO RUIZ ZIMMER	Engenharia Química
75	TIAGO GODOI RIBEIRO	Gestão Ambiental
76	WALÉRIA BATISTA DA S. VAZ MENDES	Letras/ Libras
77	WANDERLEY AZEVEDO DE BRITO	História
78	WELLINGTON CARDOSO DE OLIVEIRA	Educação
79	WILSON MARQUES SILVA	Engenharia Civil
80	YANE ONDINA DE ALMEIDA	Moda

1.8.2. Técnicos Administrativos

01	ADOLFO MARTINS DA SILVA	Técnico em Audiovisual
02	ANA PAULA DA MOTA LEITE	Produtor Cultural
03	ANA PAULA DE LIMA CAMPOS	Auxiliar em Administração
04	ANA PAULA TEIXEIRA	Técnico em Assuntos Educacionais
05	ANDRÉA RODRIGUES DE ALMEIDA SILVA	Técnico em Enfermagem
06	ANTONIETA DA COSTA SANTOS	Auxiliar de Recursos Materiais
07	BRUNA FIORAMONTE SILVA	Técnico de Laboratório/Área Edificações
08	CÁTIA DIAS MARQUES	Tradutor e Intérprete de Libras
09	CLÁUDIA MARIA BARBOSA	Assistente em Administração
10	DANIELA RODRIGUES DE REZENDE	Técnico de Laboratório/Área Ciências
11	DANIELA KEDNA FERREIRA LIMA	Assistente Social
12	DANIELLY ALVES SANTOS	Auxiliar de Biblioteca
13	DIEGO INOCENCIO AMARAL DA SILVA	Assistente em Administração
14	DIEGO TEIXEIRA DE SOUZA	Assistente em Administração
15	FERNANDO CESAR DOS SANTOS	Auxiliar de Biblioteca
16	FLÁVIO DOS SANTOS SILVA	Assistente em Administração
17	GRACIELLY SILVA PRADO	Auxiliar em Administração
18	GUILHERME DE PAULA LISBOA	Técnico de Laboratório/Área Edificações
19	IÊDA VILELA MACHADO	Psicólogo
20	ILVES LANNY EVANGELISTA O. E SILVA	Técnico de Laboratório/Área Ciências
21	IVANILLIAN FERREIRA PAISLANDIM	Técnico em Assuntos Educacionais
22	JUAREZ RODRIGUES DOS SANTOS	Técnico em Contabilidade
23	JULIANA PAULA MARTINS	Odontólogo
24	KAMILLA ASSIS TAVARES	Técnico em Assuntos Educacionais
25	KENEDY SOUSA MORAES	Continuo
26	LILIANE DIAS ROCHA SILVA	Assistente eEm Administração
27	LUCIANO DE OLIVEIRA DIAS	Auxiliar em Administração
28	MARCIO DE SOUSA	Técnico de Laboratório/Área Informática
29	MARCO AURÉLIO DA SILVA SANTOS	Técnico em Secretariado
30	MARIA ETEVALDA BATISTA DA SILVA	Pedagogo
31	MARLY RODRIGUES DA SILVA SOUZA	Tradutor e Intérprete de Libras
32	PATRÍCIA ARAÚJO BARINI	Auxiliar em Administração
33	PATRICIA DAYANE M. BUENO LINHARES	Assistente de Aluno
34	RAISSA REGIS DA SILVA	Técnico de Tecnologia da Informação
35	RAULER FERREIRA DOS SANTOS	Assistente Social
36	REGINA APARECIDA MAGNABOSCO DE S. MARQUES	Jornalista
37	RODRIGO DE SOUZA ARANTES	Contador
38	SANDRA MARIA S. AVANÇO FERRAZ DE LIMA	Técnico em Assuntos Educacionais
39	SUZANE GONÇALVES DUARTE PEIXOTO	Bibliotecário/Documentalista
40	TAISA FIDELIS DO CARMO	Psicóloga
41	TIAGO VILAS BOAS DIAS DE OLIVEIRA	Técnico de Laboratório/Área Edificações
42	THALITA FRANCO DOS SANTOS DUTRA	Bibliotecário/Documentalista

43	ULISSES RODRIGUES DE ALENCAR	Tecnólogo em Alimentos
44	VIVIANE LIS MARIANO MENDES	Secretário Executivo
45	WAGNER FERREIRA ADORNO	Assistente em Administração

1.8.3 INTÉRPRETES

01	ADRIELY GOMES GERAES LIMA MARTINS	Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais
02	EGLAIA NUNES VIEIRA	Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais
03	ELIZENE ARAUJO NUNES CARNEIRO	Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais
04	FRANCISCO FERREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR	Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais
05	MADALENA CARDOSO FERREIRA	Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais
06	RICARDO MARTINS GOMES	Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais
07	THAÍS DA COSTA MARQUES	Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais

1.9. Número de alunos por curso

Quadro 1- Número de alunos por curso no IFG -Campus Aparecida 2025, considerando matrículas e trancamentos.

Curso	Matriculados	Trancados	Total ativos
Técnico Integrado em Alimentos	80	1	81
Técnico Integrado em Edificações	81	0	81
Técnico Integrado em Química	82	0	82
Técnico Integrado em Alimentos - EJA	32	3	35
Técnico Integrado em Modelagem do Vestuário - EJA	36	6	42
Bacharelado em Engenharia Civil	138	11	149
Licenciatura em Dança	47	2	49
Licenciatura em Pedagogia Bilíngue	103	4	117
Mestrado Profissional em Artes	56	0	56
Total	599	27	692

Fonte: [Quantitativo de Alunos - SUAP: Sistema Unificado de Administração Pública](#)

O quadro que segue esquematiza a distribuição da oferta de vagas, pela Instituição, nos diversos campus e modalidades:

Quadro 2: *Distribuição da oferta de vagas no IFG-Câmpus Aparecida de Goiânia - ANO 2025*

Campus	Modalidade	Total de Vagas	Total de Matriculados
Aparecida de Goiânia	Alimentos EJA	36 Vagas	32
	Modelagem do Vestuário EJA	30 Vagas	36
	Alimentos EMI	30 vagas	80
	Edificações EMI	30 Vagas	81
	Química EMI	30 vagas	82
	Dança – Superior	36 vagas	47
	Engenharia Civil	30 vagas	138
	Pedagogia Bilíngue	30 vagas	103
	Mestrado PROFARTES	25 vagas	56
Total		277 vagas	599 matriculados

Fonte: [Quantitativo de Alunos - SUAP: Sistema Unificado de Administração Pública](#)

O gráfico 1 sintetiza o número de discentes do IF em cada curso.

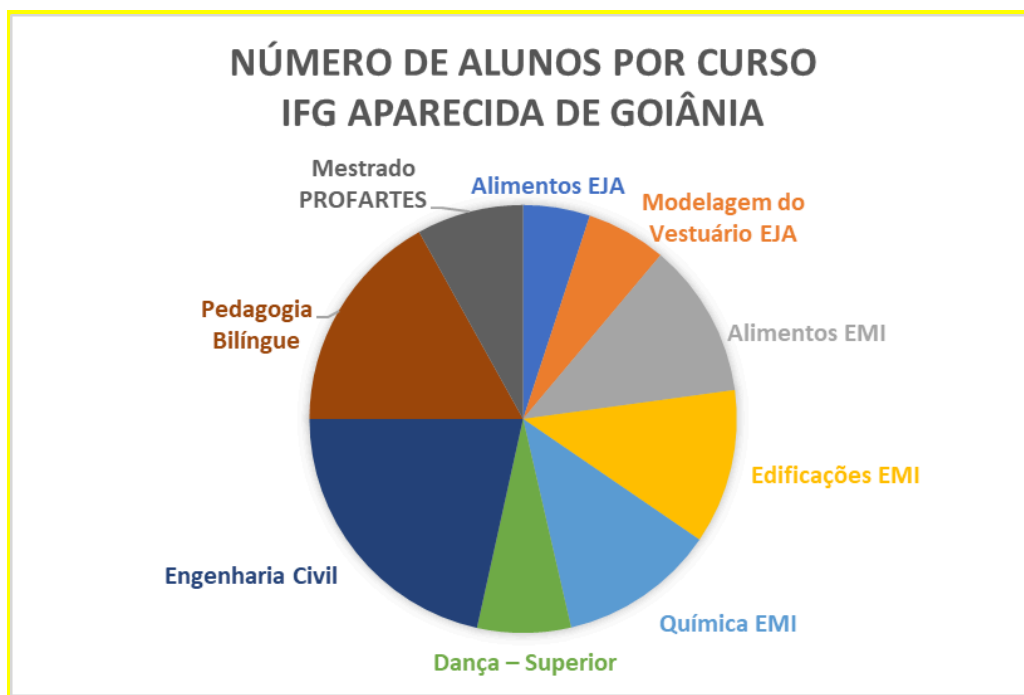


Gráfico 1: Número e Proporção de Discentes por Curso

Quadro 3: Distribuição das matrículas por modalidade

MODALIDADE	Soma de Total de Matrículas
Bacharelado	149
Integrado - EJA	77
Integrado - Em Tempo Integral	244
Licenciatura	166
Mestrado Profissional	56
Total Geral	692

2. ATOS REGULATÓRIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Em primeiro lugar é preciso contextualizar o/a leitor/a sobre quais são os atos e processos regulatórios que as Instituições de Educação Superior - IES - estão submetidas e o papel das CPAs nos mesmos. Deste modo, tendo em vista a conformidade e a qualidade da oferta de cursos de educação superior no Brasil, o MEC/ INEP condiciona o funcionamento das Instituições de Ensino Superior (IES) e a oferta de cursos a atos regulatórios de Credenciamento e Recredenciamento Institucional; Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos superiores de graduação, disciplinados pela Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007, republicada no D.O.U. em 29/12/2010 e, o Decreto 5773 de 09 maio de 2006.

Os processos regulatórios realizados pelo INEP consideram e avaliam as IES a partir de avaliações externas e internas, conforme quadro a seguir:

Quadro 4: Avaliações internas e externas

Avaliações internas	Avaliações Externas	Indicadores de Qualidade
Relatórios da Comissão Própria de Avaliação - CPA	Avaliações <i>in loco</i> , relacionadas aos processos de credenciamento Institucional, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos superiores de graduação	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE
		Conceito Preliminar de Curso (CPC), gerado a partir do ENADE e outros insumos.
		Índice Geral dos Cursos - IGC , gerado a partir dos CPCs e outros insumos.

2.1. Avaliações externas:

2.1.1. Avaliações *in loco*:

As avaliações *in loco* compõem os processos regulatórios da educação superior. Tais avaliações são realizadas por comissões do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em visita à IES, com objetivo de avaliar as instituições, nos processos de credenciamento e recredenciamento, e seus cursos, nos processos de autorização, reconhecimento de curso e renovação de reconhecimento de curso).

O INEP utiliza instrumentos próprios que identificam o perfil institucional por meio de seus cursos, atividades, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais.

No Instrumento de Avaliação Institucional do INEP, documento norteador das avaliações institucionais, as 10 dimensões do PDI são organizadas em 5 eixos, conforme quadro que segue:

Quadro 5: Eixos e Dimensões do Instrumento de Avaliação Institucional do INEP

EIXOS	DIMENSÕES
Eixo I - Planejamento e Avaliação Institucional	Considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.
Eixo II -Desenvolvimento Institucional	Contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.
Eixo III – Políticas Acadêmicas	Abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes.
Eixo IV – Políticas de Gestão	Compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.
Eixo V – Infraestrutura Física	Corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes.

No âmbito dos cursos, de acordo com o Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação do INEP¹, deverão ser avaliadas três dimensões:

Quadro 6: Dimensões avaliadas pelo INEP

Dimensão 1	Organização Didático-Pedagógica
Dimensão 2	Corpo docente e tutorial
Dimensão 3	Infraestrutura

¹http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf

2.1.2. Avaliações in loco IFG/2025

No decorrer do ano de 2025, o Curso de Licenciatura em Dança foi avaliado pelo MEC e o resultado consta da tabela a seguir.

Cursos avaliados no ANO de 2025.

Curso	Dimensão 1	Dimensão 2	Dimensão 3	Conceito
Dança	4,33	4,00	3,8	4

Considerando o resultado alcançado, conceito este que o curso já tinha recebido na avaliação anterior, é possível dizer que se trata de uma boa avaliação, consolidando um trabalho que vem sendo realizado no Curso de Dança.

2.1.3. Demais indicadores de qualidade

ENADE - O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação. O Ministério da Educação define, anualmente, as áreas propostas pela Comissão de Avaliação da Educação Superior (Conaes), órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sinaes - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

A principal legislação que rege o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE é a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007, republicada em 29/12/2010. Porém, a cada edição do ENADE, é publicada uma nova portaria normativa, o que gera especificidades de normas para cada edição. Encontramos, ainda, normatização sobre o ENADE na Lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes:

Art. 5º A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para

ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.
Curso de capacitação 2014 21

§ 2o O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3o A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4o A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 5o O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

CPC e IGC- Conforme Portaria Normativa MEC nº 40:

Art. 33-B São indicadores de qualidade, calculados pelo INEP, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861, de 2004:

I - de cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria Normativa no 4, de 05 de agosto de 2008;

II - de instituições de educação superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), instituído pela Portaria Normativa no 12, de 05 de setembro de 2008;

III - de desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do ENADE;

§ 1º O CPC será calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área, observado o art. 33-E, com base na avaliação de desempenho de estudantes, corpo docente, infra-estrutura, recursos didático-pedagógicos e demais insumos, conforme orientação técnica aprovada pela CONAES.

§ 2º O IGC será calculado anualmente, considerando: I - a média dos últimos CPC's disponíveis dos cursos avaliados da Instituição no ano do cálculo e nos dois anteriores, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados;

NOTA	ENADE		CPC	
	Quant.	Proporção	Quant	Proporção
2	5	15%	1	3%
3	16	47%	23	68%
4	11	32%	10	29%
5	2	6%	0	0%

Para os indicadores de qualidade - CPC e IGC - e para as avaliações *in loco*, serão atribuídos conceitos avaliativos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, onde, conceitos 1 e 2 são considerados insatisfatórios; conceito 3 é considerado satisfatório; conceito 4 é considerado um bom conceito de qualidade e; conceito 5 é considerado um excelente conceito de qualidade.

2.2. ENADE E CPC DO CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA-IFG /ANO

No decorrer do ano de 2025, o único curso da instituição avaliado pelo ENADE foi o curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue. No entanto, até o momento não foram divulgados os resultados de tal avaliação, sendo assim, seguimos com os resultados de 2021, quando o curso passou pelo processo avaliativo, dispostos a seguir a fins de referência.

Cursos avaliados pelo ENADE/CPC - Ano 2021

Curso	ENADE	CPC
Pedagogia Bilíngue	3	3

Fonte: ENADE, 2021.

De acordo com o resultado de 2021, o curso de Pedagogia Bilíngue foi avaliado com conceito 3 tanto no ENADE quanto no CPC na avaliação ocorrida 4 anos atrás na avaliação de 2021.

2.2.1 Avaliações Internas

Com o objetivo de implantar os processos de avaliação nas instituições de ensino superior, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e determinou a criação das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) como forma de avaliação interna, na qual daremos destaque:

Art. 11. Cada Instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por ato do dirigente máximo da Instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição de educação superior. (BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004).

O depósito dos relatórios de avaliação institucional no sistema e-MEC² é uma das principais frentes de trabalho da Comissão Própria de Avaliação. A regularidade dos relatórios é requisito para o prosseguimento do processo de credenciamento da Instituição, conforme regulamentação publicada pelo MEC:

Art. 61-D Será mantido no cadastro e-MEC, junto ao registro da Instituição, campo para inserção de relatório de autoavaliação, validado pela CPA, a ser apresentado até o final de março de cada ano, em versão parcial ou integral, conforme se trate de ano intermediário ou final do ciclo avaliativo. (BRASIL, Ministério da Educação. Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007, republicada no D.O.U. em 29/12/2010).

²e-MEC: Sistema eletrônico de tramitação de processos regulatórios da educação superior.

Em relação à esta responsabilidade primordial da CPA, a Nota Técnica nº 065, de 08/10/2014, da Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES/INEP estabeleceu os seguintes prazos e procedimentos para o envio dos relatórios ao MEC:

- Prazo Geral: As instituições de educação superior costumam ter até o dia 31 de março de cada ano para enviar o relatório de autoavaliação por meio do sistema e-MEC.

2.3. Evolução e Consolidação do Processo de Autoavaliação do IFG

A autoavaliação institucional no IFG teve início em 2004 com a implantação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que tão logo constituída, mediante Portaria nº 313, de 12/08/2004 e alterada pela Portaria 601, de 23/11/2004, teve lugar a primeira etapa do trabalho, ou seja, a preparação da elaboração do projeto e regulamento da CPA. Desde o ano de 2005 a CPA tem elaborado seus relatórios de autoavaliação.

Um marco importante para o trabalho da CPA foi a implantação das Subcomissões Locais de Avaliação (SLAs), a partir do ano de 2015, conforme o disposto no § 1º, Art. 8º, do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA, aprovado pela Resolução nº 006, de 31 de março de 2014. Como resultado desta ação, foram formadas as subcomissões nos Campus: Anápolis, Formosa, Goiânia, Itumbiara, Jataí e Luziânia. Em 2016, Subcomissões Locais foram implantadas no demais Campus do IFG:

Em consonância com a legislação vigente, a CPA do IFG atua de forma autônoma e independente dos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição e, para fins de suporte administrativo, a CPA é vinculada à Diretoria Executiva.

3.3. Atual composição da CPA do IFG

A CPA é organizada por uma Comissão Central e Comissões Locais de Avaliação (CPAL). A Comissão Central é constituída por representantes eleitos, titulares e suplentes, do corpo docente, técnico-administrativo, discentes e representantes da sociedade civil e, as Subcomissões Locais são compostas por representantes do corpo docente, técnico-administrativo, discentes e seus respectivos suplentes.

A CPA compreende a autoavaliação institucional como um processo de compromisso coletivo e formativo, de diagnóstico, que tem como objetivos identificar as potencialidades e as fragilidades institucionais e propor melhorias nas suas

atividades, cursos, programas, projetos e setores. O Quadro 4 apresenta a equipe da CPA Central do IFG, instituída pela Portaria n.

Quadro 7: *Composição da CPA Central IFG 2025-2027*

CPA CENTRAL - PORTARIA Nº 5860 - REITORIA/IFG, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025			
Nome	Câmpus/Instituição	Segmento	Função
MICHELE SIQUEIRA	Câmpus Anápolis	Docente	Titular (Coordenadora)
ANIELA PILAR CAMPOS DE MELO	Câmpus Cidade de Goiás	Docente	Titular (Secretária)
LARISSA MESSIAS MORAES	Câmpus Aparecida de Goiânia	Docente	Titular
MARCOS DE LUCA ROTHEN	Câmpus Goiânia	Docente	Suplente
DIVINO GABRIEL LIMA PINHEIRO	Câmpus Formosa	Docente	Suplente
JEOVANE DIAS COELHO	Câmpus Goiânia Oeste	Docente	Suplente
STHÉFANNY MÉMORE DO CARMO	Câmpus Formosa	Discente	Titular
BÁRBARA ANGELA SCANDIUZZI DE SOUZA	Câmpus Jataí	Discente	Titular
GABRIEL NASCIMENTO DE OLIVEIRA	Câmpus Itumbiara	Discente	Titular
LUÍS ARTHUR RODRIGUES COSTA	Câmpus Itumbiara	Discente	Suplente
CARLOS DANIEL RODRIGUES DE SOUSA	Câmpus Jataí	Discente	Suplente
CARLOS ALBERTO DIAS DA SILVA JUNIOR	Câmpus Jataí	Discente	Suplente
VIVIANE BUENO GUIMARAES	Câmpus Jataí	Técnico-Administrativo em Educação	Titular

PATRICIA SOUZA BARBOSA OLIVEIRA	Câmpus Jataí	Técnico-Administrativo em Educação	Titular
WALTER PEREIRA DE FREITAS	Câmpus Jataí	Técnico-Administrativo em Educação	Titular
RAONI RIBEIRO GUEDES FONSECA COSTA	UEG	Sociedade Civil Organizada	Titular
LIDIANE MONTEIRO DE ABREU	IEL	Sociedade Civil Organizada	Titular
REJANE CARMO REZENDE DIAS	UEG	Sociedade Civil Organizada	Titular
ELIENE MARIANO DA SILVA	Pacto pela Inovação	Sociedade Civil Organizada	Suplente
CARLA CAROLINA BATISTA MACHADO	PUC	Sociedade Civil Organizada	Suplente
KAROLLINE FERNANDES SIQUEIRA	HUB Goiás	Sociedade Civil Organizada	Suplente

As competências da Comissão Própria de Avaliação (Central) são:

- Discutir, elaborar, socializar e implantar o Plano de Avaliação Institucional, envolvendo todos os segmentos da comunidade acadêmica;
- Acompanhar e supervisionar o desenvolvimento das atividades avaliativas desenvolvidas pelas Subcomissões em cada Câmpus que integra o IFG;
- Sistematizar os dados apresentados nos Relatórios de Autoavaliação Locais, elaborados pelas Subcomissões de Avaliação, dos diversos Câmpus que integram o IFG, de forma a constituir um único Relatório;
- Elaborar Relatórios de Autoavaliação Institucional: com postagem da versão integral até **31/03/2025**, conforme orientações da Nota Técnica nº 065, de 08/10/2014, da Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES/INEP;
- Divulgar os resultados da autoavaliação mediante reuniões e documentos informativos impressos e/ou eletrônicos, acessíveis às comunidades interna e externa;
- Acompanhar os processos de avaliação externa da Instituição e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE);

- Sistematizar as sugestões das subcomissões para a promoção do desenvolvimento institucional;
- Prestar informações sobre a avaliação institucional ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP e à comunidade acadêmica.
- Acompanhar a implementação das propostas de melhorias encaminhadas aos gestores pela CPA.
- Proceder à devolutiva institucional dos resultados das avaliações externas e internas aos sujeitos envolvidos no processo;
- Manter arquivo das atividades realizadas.

3.4. COMPOSIÇÃO DA CPA LOCAL DO CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA

A atual composição da CPA local do Câmpus Aparecida de Goiânia foi constituída por meio de convite/indicação. Em decorrência da ausência de voluntários para compor a Comissão, a Direção Geral do câmpus, no final de sua gestão, estabeleceu contato com servidores e membros externos, buscando evidenciar a importância da constituição dessa comissão para o campus. Diante disso, os atuais membros aceitaram o convite e, desse modo, foram indicados à Comissão.

O Quadro 6 apresenta a composição da comissão local do IFG Câmpus Aparecida de Goiânia e sua respectiva portaria.

Quadro 8: *Composição das Comissões Locais (CPAL)*

Membros da CPAL - Campus Aparecida de Goiânia do IFG Portaria Nº 5195 - Reitoria/IFG, de 03 de 2025		
Nome	Matrícula	Representação
KELIO JUNIOR SANTANA BORGES	2049190	Docente
MARCELO FRANCISCO DE ANDRADE	1916305	Docente
ANA PAULA DA MOTA LEITE	2013282	Técnico-administrativo
RAULER FERREIRA DOS SANTOS	1129339	Técnico-administrativo

JULIA CATHERINE CAMPOS CAMARGO	20251090020007	Discente
DORA MARCHIORI SILVA NEVES	20231090080299	Discente
RUTILEIA DE SÁ ARRUDA LISBOA	----	Rede de Empreendimentos Sociais, Culturais e de Economia Solidária de Aparecida – Rede Empreendedora de Mulheres
GABRIEL LUÍS MARQUES GAROLA	----	Especialista Corporativo do SICOOB

São responsabilidades das Comissões Locais de Avaliação (CPAL):

- Socializar e implementar o Plano de Avaliação Institucional definido pela CPA;
- Mobilizar a participação da comunidade acadêmica, de cada Câmpus, no processo de avaliação institucional;
- Divulgar o processo de autoavaliação, bem como seus resultados, mediante reuniões e documentos informativos impressos e/ou eletrônicos, acessíveis às comunidades interna e externa;
- Acompanhar e divulgar os processos de avaliação externa da Instituição e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE);
- Organizar e acompanhar a aplicação dos instrumentos de avaliação nos Câmpus, assim como a análise e sistematização dos dados coletados;
- Elaborar o Relatório de Autoavaliação Local, avaliando seus respectivos Câmpus e cursos;
- Apontar, no Relatório de Autoavaliação Local, as dificuldades/pontos fracos, os pontos fortes e propostas de desenvolvimento para seus respectivos Câmpus, cursos e para a Instituição;
- Prestar informações sobre a avaliação institucional ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP e a comunidade acadêmica;
- Acompanhar a implementação das propostas de melhorias encaminhadas aos gestores pela CPA.

- Proceder a devolutiva institucional dos resultados das avaliações externas e internas aos sujeitos envolvidos no processo e acompanhar as ações de melhoria, decorrentes da autoavaliação;
- Manter arquivo das atividades realizadas.

3- METODOLOGIA

A CPA elaborou um questionário com base nos questionários dos anos anteriores com a finalidade de deixá-lo mais sucinto e objetivo. O presente relatório busca expressar uma análise a partir de diferentes fontes de dados produzidos pela CPA e pela instituição, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação da CPA.

Nas seções que seguem são apresentados o delineamento do estudo, os eixos e dimensões contempladas, assim como, a população pesquisada, seus extratos e unidades de análises. Descreve-se, ainda, os instrumentos de coleta dos dados utilizados, as técnicas de coleta dos dados, as escalas adotadas para autoavaliação e os critérios de análise considerados.

3.1. DELINEAMENTO DO ESTUDO

Neste ciclo do processo de avaliação institucional (2025) a Comissão Própria de Avaliação (CPA) aplicou os questionários via Google Forms para todos os públicos da comunidade acadêmica (discentes, docentes, técnicos-administrativos dos Campus; técnicos-administrativos da Reitoria). O estudo abrange um diagnóstico e uma análise da Instituição considerando-se 02 (dois) eixos, dos 05 (cinco) eixos, e suas respectivas dimensões, conforme previstos no instrumento de avaliação institucional.

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Função social e o plano de desenvolvimento institucional.

Dimensão 3: a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

3.2. INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

O processo de autoavaliação realizado pela CPA adotou como instrumento consulta à comunidade por meio de questionários elaborados pela CPA que investigam dados quantitativos e qualitativos. Foram aplicados quatro questionários, um para cada segmento da comunidade acadêmica: discente, docente, técnicos-administrativos lotados no Campus e técnicos-administrativos lotados na Reitoria. Destaca-se que o Relatório de Autoavaliação será disponibilizado na página oficial da CPA (<http://ifg.edu.br/comissoes/cpa>).

3.3. QUESTIONÁRIOS

Os questionários foram estruturados com perguntas fechadas de modo a possibilitar a captação de dados quantitativos e qualitativos, sobre os aspectos avaliados. Porém, em virtude das especificidades dos segmentos respondentes, os questionários possuem variações focadas para a realidade do perfil técnico, docente e estudantil. Os questionários abordaram de forma concisa e objetiva os eixos de “Planejamento e Avaliação Institucional” e “Desenvolvimento Institucional”, utilizando uma semântica que visou eliminar problemas de interpretação e complexidade do questionário. A consulta foi realizada no período de 01 de dezembro a 22 de dezembro de 2025. Foram utilizados diferentes meios para a divulgação do processo avaliativo como links de acesso divulgados na página eletrônica da Instituição, e-mail institucional, boletins de notícias e redes sociais.

Destaca-se que a participação na pesquisa de autoavaliação se deu de forma espontânea e não obrigatória, entretanto, houve um trabalho de sensibilização junto à comunidade para promover adesão ao processo de autoavaliação institucional, garantindo participação satisfatória dos três segmentos da comunidade.

O questionário de 2025 foi elaborado para ser claro e sucinto, buscando construir, principalmente, perguntas que avaliam o conhecimento da comunidade a respeito de aspectos relacionados às diferentes dimensões dos Eixos avaliados. As opções de respostas variam entre “ótimo”, “bom”, “regular”, “ruim”, “péssimo” e “não sei”.

3.4. DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO DA PESQUISA

A população considerada dessa pesquisa foi composta pelos quatro segmentos (discentes de cursos superiores, docentes, técnicos/as administrativos/a dos Câmpus e da Reitoria). Um dos maiores desafios da CPA no processo de autoavaliação foi envolver todos os segmentos e alcançar percentuais efetivos de participação e representatividade, uma vez que não há obrigatoriedade em responder o questionário. Desse modo, buscou-se, em relação à pesquisa realizada em 2022, uma maior participação de estudantes matriculados na graduação e pós-graduação, docentes e TAEs. Para a construção dos dados do relatório, foi considerando somente os questionários respondidos de forma completa.

Para complementar e qualificar a análise dos dados obtidos na pesquisa quantitativa consultou-se documentos de diversos âmbitos do IFG. Tais como:

- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023);
- Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI 2018);
- Relatórios de Avaliações Externas, vinculadas aos processos regulatórios da educação superior;
- Relatórios de Pró-Reitorias, e outros departamentos.

A população de pesquisa considerada no estudo foi a comunidade acadêmica do IFG- Campus Aparecida de Goiânia, composta pelos três segmentos: o corpo docente, estudantes dos cursos superiores e servidores(as) técnico/as-administrativos/as.

Deste modo, dada uma população de 731 membros da comunidade acadêmica (docentes, técnicos/as-administrativos/as administrativos e discentes cursos superiores) do IFG, em 2025, constitui-se uma amostra de respondentes. Esta amostra foi constituída por 46 docentes (57,5% do segmento docente), 45 alunos (7,5% do segmento de estudantes matriculados) e 31 servidores TAE's (68,9% do segmento TAE). Foram considerados somente os questionários respondidos de forma completa e finalizados na plataforma *Google Forms*. O Quadro 9 apresenta uma síntese da população e amostra considerada.

Quadro 9: *População e amostra por estratos correspondentes*

	Segmentos			
	Docentes	Discentes	TAE's	Total
População	80	599	45	724
Amostra	46	45	31	122
Percentual	57,5%	7,5%	68,9%	16,8%

População da pesquisa no Câmpus Aparecida de Goiânia

3.5. ESCALAS, CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS E INDICADORES

No questionário de autoavaliação, a metodologia de tratamento, classificação e indicações das fragilidades e potencialidades institucionais buscou avaliar os diferentes graus da aprovação de um aspecto, entretanto, verificando o conhecimento, pertencimento e participação por meio de perguntas cujas opções de respostas foram “ótimo”, “bom”, “regular”, “ruim”, “péssimo” e “não sei”, resultando em um questionário menos denso, complexo e cansativo.

A metodologia adotada em relatórios anteriores, com possibilidade de respostas apenas entre "SIM" ou "NÃO", embora resultasse em maior objetividade e

simplificação do questionário em sua construção, demonstrava fragilidades significativas no contraste das respostas de algumas perguntas.

Desde a autoavaliação de 2020, a CPA adota uma metodologia que considera perguntas em cinco escalas avaliativas de satisfação, e uma alternativa de “escape” (desconhecimento, inexistência ou não ocorrência). São critérios de análise e indicação, conforme segue:

Ótimo: o respondente não faz críticas negativas ao item avaliado e considera um padrão de notoriedade e excelência.

Bom: o respondente não faz críticas negativas ao item avaliado, entretanto não considera um padrão de notoriedade e excelência.

Regular: o respondente faz críticas negativas ao item avaliado e considera que o padrão pode ser melhorado.

Ruim: o respondente considera que o item avaliado está aquém da qualidade esperada e possível.

Péssimo: o respondente considera que o item avaliado exige medidas corretivas urgentes.

Não sei: o respondente não tem conhecimento ou familiaridade com o item em questão.

Como forma de estabelecer uma metodologia de tratamento dos resultados e elaborar indicações claras aos gestores sobre os aspectos que merecem maior atenção no âmbito institucional, buscou-se adotar uma categorização da proporção de aprovação (proporção de "Bom" e "Ótimo") obtida em cada um dos aspectos avaliados. Essa síntese gerou os seguintes indicativos de ação:

MANTER: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for igual ou maior que 76%, considera-se que a questão atende os requisitos de qualidade e as ações referentes a esta questão devem ser mantidas.

DESENVOLVER: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for de 51% a 75,99%, considera-se que a questão não conseguiu atingir padrão de qualidade exigido, mas pode melhorar a partir de ações pontuais.

MELHORAR: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for de 26% a 50,99%, considera-se que a questão não atende os requisitos mínimos de qualidade, estando em situação crítica e merecendo atenção especial e ação rápida.

SANAR: quando a soma dos percentuais dos itens avaliados como ÓTIMO e BOM for até 25,99%, considera-se que o indicador necessita de ações corretivas por parte da gestão em caráter de urgência.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES

Para condução do processo de autoavaliação, a CPA utilizou-se de dois pilares: 1) ações de divulgação do questionário Sensibilização da Comunidade e 2) elaboração do Relatório de Autoavaliação Locais e Institucional de 2025. Assim, as Comissões Locais e a CPA (central) tiveram o seguinte cronograma:

Tabela 1 - Cronograma de execução das atividades de sensibilização, referente aos processos de autoavaliação 2025

Ação	Atividade	Responsável	Período
Reunião de capacitação das Comissões Próprias de Avaliação dos Câmpus	Esclarecimento sobre as atribuições da CPA central e CPA câmpus, as legislações que regem o processo de autoavaliação e a relação da autoavaliação com os processos regulatórios da educação superior.	CPA Central	Novembro 2025
Envolvimento dos membros da CPA (central e de Câmpus), de	A atuação da CPA exige integração entre seus membros e	CPA central e CPA dos câmpus em seus respectivos	Permanente

forma contínua e efetiva	ações a serem desenvolvidas durante todo o processo. Tal integração foi realizada por meio de reuniões presenciais, emails, grupo de whatsapp e memorandos	âmbitos de atuação	
Divulgação do material da CPA	Fixar banners, convidando a comunidade a participar da autoavaliação, bem como divulgar em redes sociais, e-mail e nas páginas eletrônicas dos câmpus do IFG	CPA central e CPA dos câmpus em seus respectivos âmbitos de atuação	Novembro e Dezembro 2025
Aplicação de questionário de autoavaliação	Sensibilizar a comunidade quanto à importância do preenchimento e acompanhar o preenchimento dos discentes nos laboratórios .	CPA dos Câmpus	Dezembro 2025

Tabela 2: Cronograma de atividades para Elaboração dos Relatórios Locais e Institucional - 2025.

Ação	Atividade	Responsável	Período
Elaboração do questionário	Os questionários foram elaborados a partir de 2 eixos de avaliação	CPA	Outubro 2025
Aplicação dos questionários	Mobilizar a comunidade acadêmica e acompanhar o preenchimento do	CPA dos câmpus	Dezembro 2025

	questionário, de modo a alcançar um percentual de amostragem satisfatório. Recomenda-se acompanhar estudantes aos laboratórios, garantindo o preenchimento		
Tabulação dos dados	Tabular os dados dos questionários e disponibilizá-los às CPA's dos Câmpus	CPA	Janeiro 2026
Análise dos dados quantitativos e consulta aos documentos institucionais	<p>As comissões (CPA's dos câmpus) deverão analisar os dados dos questionários e consultar os documentos institucionais para qualificação dos dados de seus respectivos câmpus;</p> <p>A CPA central analisou os dados dos questionários e consultou os documentos institucionais para qualificação dos dados da Instituição;</p> <p>A sistematização da análise apresentada em quadros no apêndice</p>	CPA central e CPA's dos Câmpus em seus respectivos âmbitos de atuação	Fevereiro e Março 2026

Elaboração do Relatório de Autoavaliação	Escrita dos Relatórios: Locais e Institucional, obedecendo a estrutura apresentada no apêndice	CPA central e CPA's dos Câmpus em seus respectivos âmbitos de atuação	Fevereiro, Março e Abril 2026
Postagem no e MEC	Encaminhamento do Relatório à Procuradoria Educacional Institucional e Postagem no E-Mec	CPA	Mai 2026

5- RESULTADOS, ANÁLISES E SUGESTÕES

Nesta seção serão apresentados os resultados da autoavaliação e suas análises quantitativas e qualitativas. As análises dos dados, a consulta a setores e documentos institucionais deram elementos para subsidiar propostas de melhorias para o desenvolvimento da Instituição.

As informações desta seção estão agrupadas conforme eixos e suas respectivas dimensões na seguinte ordem:

- Apresentação e análise dos dados quantitativos e indicação do nível de fragilidade e potencialidade dos itens avaliados, por segmento da comunidade acadêmica, bem como pela CPAL.
- Apresentação das principais contribuições, pontos fortes e fragilidades apontadas pela comunidade acadêmica no campo aberto dos questionários, acompanhadas de reflexões da CPAL, fundamentadas em documentos institucionais.
- Apresentação de quadro síntese de propostas de melhorias aos principais pontos críticos da Instituição.

Conforme estabelecido na metodologia, tem-se como parâmetro para indicar o nível de fragilidade/potencialidade, em cada aspecto avaliado, o percentual de “SIM” assinalados pelos respondentes.

5.1 - EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A análise dos dados do Câmpus Aparecida de Goiânia, no âmbito do Eixo 1, Dimensão 8 – Planejamento e Avaliação Institucional, põe em evidência um cenário complexo, demonstrando bastante insatisfação em relação a pontos importantes.

No que diz respeito ao conhecimento da comunidade acadêmica acerca dos resultados do último processo de autoavaliação conduzido pela CPA, os índices de avaliação positiva foram de 37,78% entre discentes, 36,96% entre docentes e 19,35% entre técnicos-administrativos. Estes resultados enquadram-se na faixa de MELHORAR, indicando que a comunidade não possui apropriação satisfatória dos resultados da avaliação institucional. Vale ressaltar o alto índice de respostas “Não sei”

em todos os seguimentos: discentes (40%), docentes (19,57%) e técnicos-administrativos (22,58%), evidenciando fragilidades nos processos de comunicação e divulgação dos resultados da CPA no âmbito do Câmpus.

Sobre a percepção sobre as respostas e encaminhamentos institucionais às demandas identificadas nos relatórios de avaliação, os resultados apresentam variação entre os segmentos, com índices de aprovação de 42,22% entre discentes, 39,13% entre docentes e 19,35% entre técnicos-administrativos. Como se percebe, os três segmentos permanecem na faixa de MELHORAR, sendo o segmento técnico-administrativo aquele com maiores críticas a esse item. Esses dados indicam que, embora haja alguma percepção de resposta institucional, ela ainda não é suficientemente consolidada ou amplamente reconhecida pela comunidade acadêmica. Aqui outra vez o índice de respostas “não sei” foi bastante expressivo: discentes (37,72%), docentes (30,43%) e técnicos-administrativos (58,06%), denunciando bastante desinformação.

No tocante à divulgação do planejamento anual do Câmpus, os índices de aprovação foram de 51,11% entre discentes, 47,82% entre docentes e 38,71% entre técnicos-administrativos. A partir de tais resultados, evidencia-se que o segmento discente enquadra-se na categoria DESENVOLVER e os segmentos técnico-administrativo e docente enquadram-se na categoria MELHORAR, indicando avanços, mas ainda com necessidade de aprimoramento na transparência e na comunicação do planejamento institucional.

Sobre a participação na elaboração do planejamento anual, as respostas apresentam uma significativa divergência, isso porque entre os docentes a aprovação foi de 54,35% e de 12,90% entre técnicos-administrativos. Ou seja, o segmento docente situa-se na faixa de MELHORAR, enquanto o segmento técnico-administrativo situa-se no SANAR, uma avaliação bastante crítica da situação.

Observa-se que apenas um dos indicadores analisados se encontra na faixa de SANAR, o que indica apenas uma situação crítica extrema. No entanto, a predominância de indicadores classificados como MELHORAR e DESENVOLVER evidencia fragilidades relevantes na articulação entre avaliação e planejamento institucional. À luz da Dimensão 8 do SINAES, os resultados do Câmpus Aparecida apontam para a necessidade de fortalecimento da cultura avaliativa, com ênfase na ampliação da divulgação dos resultados da CPA, no aprimoramento dos mecanismos de

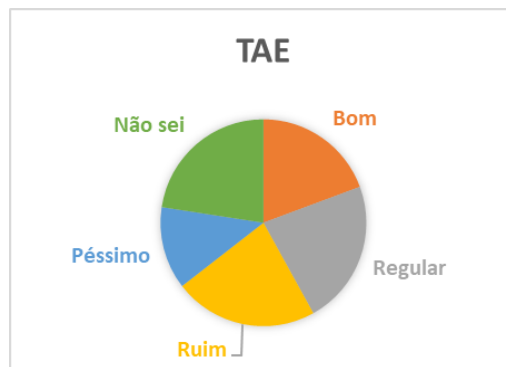
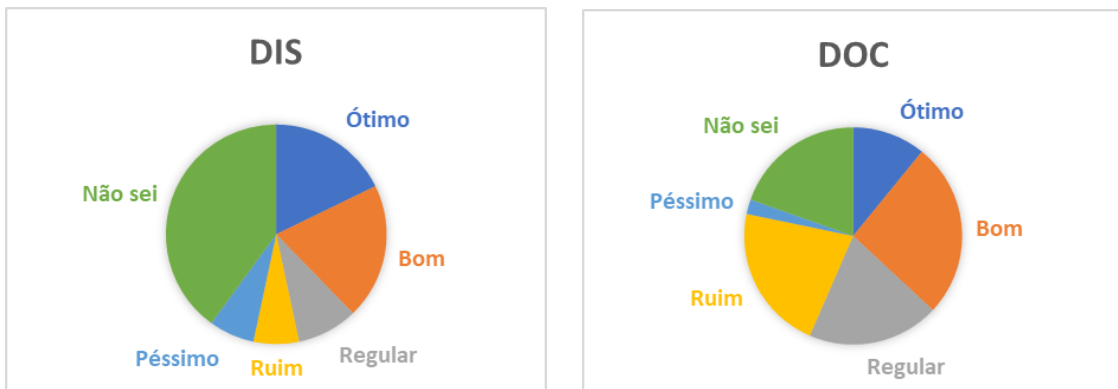
feedback institucional e na promoção de maior participação da comunidade acadêmica, especialmente dos técnicos-administrativos. Destaca-se, ainda, a importância de institucionalizar práticas que garantam a efetiva utilização dos dados da autoavaliação no planejamento e na tomada de decisões, além de incluir a comunidade acadêmica nos processos decisórios. A atenção a essas questões ajudarão a consolidar um ciclo contínuo de avaliação e melhoria da qualidade institucional.

Tabela 3 - Respostas referentes ao EIXO 1, DIMENSÃO 8 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

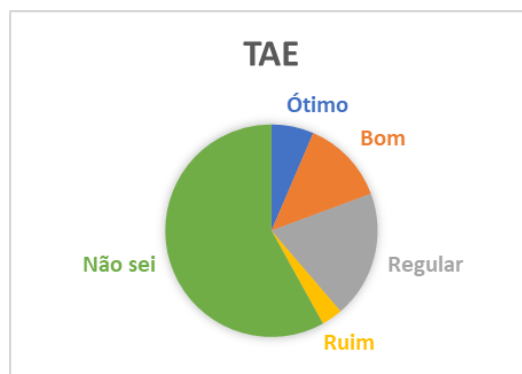
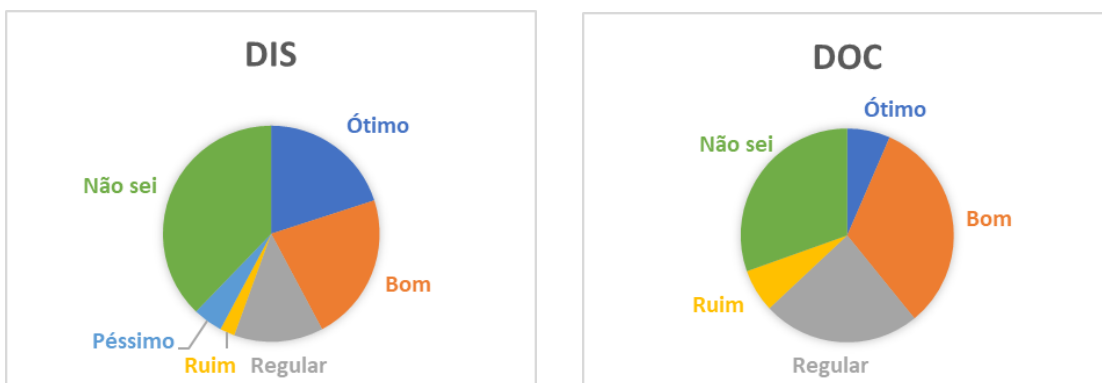
Eixo 1, Dimensão 8	1 – O seu conhecimento acerca dos resultados do último processo de autoavaliação institucional realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) é:				2 – A resposta e o encaminhamento institucionais dados às demandas indicadas nos relatórios de avaliação produzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) são:				3 – A divulgação do planejamento anual do seu Câmpus é:				4 – A sua participação na elaboração do planejamento anual do seu Câmpus é:			
	%	DIS	DOC	TAE	\bar{X}	DIS	DOC	TAE	\bar{X}	DIS	DOC	TAE	\bar{X}	DIS	DOC	TAE
Ótimo	17,78	10,87	0,00	9,55	20,00	6,52	6,45	10,99	24,44	17,39	9,68	17,17	na	8,70	0,00	4,35
Bom	20,00	26,09	19,35	21,81	22,22	32,61	12,90	22,58	26,67	30,43	29,03	28,71	na	45,65	12,90	29,28
Regular	8,89	19,57	22,58	17,01	13,33	23,91	19,35	18,86	17,78	26,09	32,26	25,38	na	23,91	45,16	34,53
Ruim	6,67	21,74	22,58	17,00	2,22	6,52	3,23	3,99	2,22	13,04	12,90	9,39	na	13,04	12,90	12,97
Péssimo	6,67	2,17	12,90	7,25	4,44	0,00	0,00	1,48	4,44	0,00	0,00	1,48	na	0,00	3,23	1,62
Não sei	40,00	19,57	22,58	27,38	37,78	30,43	58,06	42,09	24,44	13,04	16,13	17,87	na	8,70	25,81	17,25
Aprovação	37,78	36,96	19,35	31,36	42,22	39,13	19,35	33,57	51,11	47,82	38,71	45,88	na	54,35	12,90	33,63

DIS – Discentes; DOC – Docentes; TAE – Técnicos Administrativos; \bar{X} média. na – não avaliado.

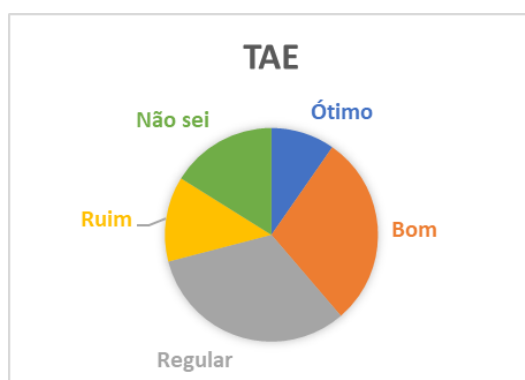
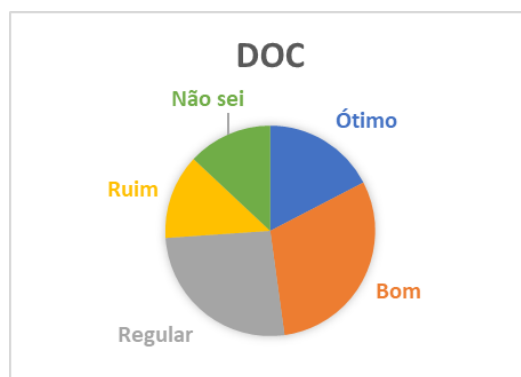
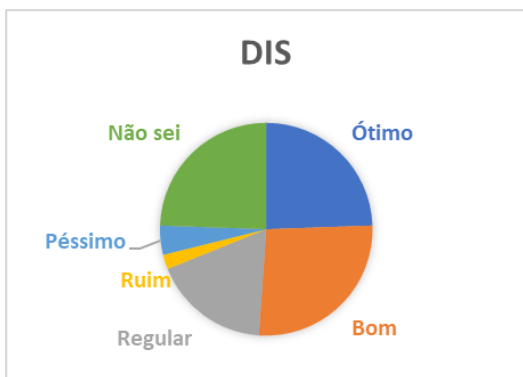
Análise gráfica da Questão 1



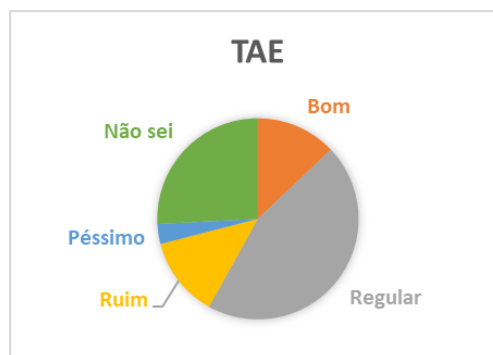
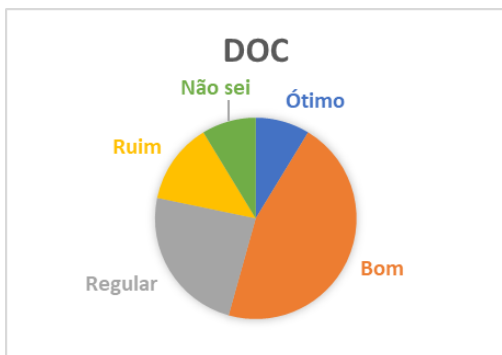
Análise gráfica da Questão 2



Análise gráfica da Questão 3



Análise gráfica da Questão 4



5.2 - EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Eixo 2 do SINAES abrange as Dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição), tendo como foco a análise da coerência e da evolução entre as proposições institucionais formalizadas em documentos oficiais, especialmente o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e as práticas efetivamente implementadas no cotidiano acadêmico e administrativo.

Nesse contexto, o desenvolvimento institucional está diretamente relacionado à capacidade da instituição em articular e integrar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, promovendo não apenas a excelência acadêmica, mas também sua inserção social, o desenvolvimento local e regional, bem como a formação cidadã dos estudantes.

Essa integração estratégica assegura que a instituição cumpra sua função social, contribuindo para a transformação da realidade em que está inserida, fortalecendo seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e inclusivo da sociedade.

5.2.1 - EIXO 2, DIMENSÃO 1 – MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A análise dos dados do Câmpus Aparecida de Goiânia, no âmbito da Dimensão 1 – Plano de Desenvolvimento Institucional, evidencia um cenário contrastivo, no qual se observa elevado nível de conhecimento acerca da função social do IFG, opondo-se a fragilidades significativas sobre o conhecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

No que diz respeito ao conhecimento sobre a função social do IFG, os índices de aprovação foram de 71,11% entre discentes, 95,65% entre docentes e de 93,54% entre técnicos-administrativos, resultando em média geral de 86,77%. Estes resultados enquadram-se na faixa de MANTER para técnicos administrativos e docentes, e na faixa de DESENVOLVER para discentes. Tais resultados indicam, em sua média, que esse aspecto atende aos requisitos de qualidade estabelecidos. Destaca-se o elevado nível de compreensão entre docentes e técnicos-administrativos, bem como o desempenho satisfatório entre discentes, com baixa incidência de respostas “Não sei” (11,11%), o que demonstra que a função social da instituição está relativamente bem difundida e consolidada no Câmpus.

No que se refere, no entanto, ao conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019, prorrogado até 2025), os índices de aprovação foram significativamente inferiores, com 33,33% entre discentes, 69,56% entre docentes e 51,61% entre técnicos-administrativos, resultando em média geral de 50,51%. Nesse caso, os docentes e técnicos-administrativos enquadram-se na faixa de DESENVOLVER, enquanto os discentes situam-se na faixa de MELHORAR. A média geral se enquadra em MELHORAR, indicando que o conhecimento sobre o PDI atende em boa parte aos requisitos mínimos de qualidade esperados. Nota-se a elevada proporção de respostas “Não sei” entre discentes (37,78%), evidenciando que uma parcela significativa desse segmento desconhece o principal instrumento de planejamento institucional. Esse dado reforça a percepção de distanciamento entre o planejamento estratégico institucional e a vivência acadêmica dos estudantes. Essa diferença entre os servidores e alunos se justifica pela diferença de tempo de vivência na instituição, uma vez que os discentes permanecem, em média, menos anos na instituição. De modo geral, os resultados da Dimensão 1 indicam que, embora a função social do IFG esteja consolidada e bem compreendida pela comunidade acadêmica, o PDI ainda não é suficientemente apropriado pelos diferentes segmentos, especialmente discentes e técnicos-administrativos. Essa realidade demonstra uma fragilidade na integração entre os instrumentos formais de planejamento e sua efetiva internalização no cotidiano institucional. À luz do Eixo 2 do SINAES, verifica-se a necessidade de implementação de ações voltadas ao fortalecimento da divulgação, compreensão e utilização do PDI, por meio de estratégias de comunicação mais acessíveis, ações formativas e mecanismos de participação que aproximem a comunidade acadêmica - principalmente no que se refere aos estudantes - dos processos de planejamento institucional. Tais medidas são essenciais para garantir maior coerência entre a missão institucional, os instrumentos de planejamento e as práticas efetivamente desenvolvidas no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão.

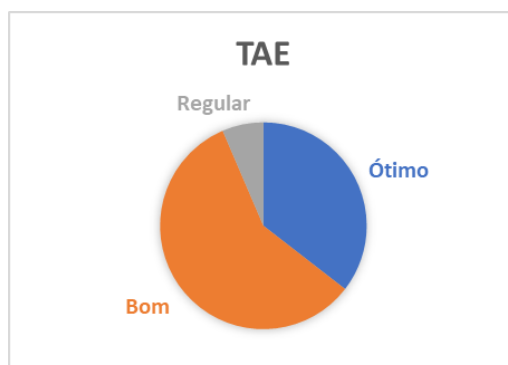
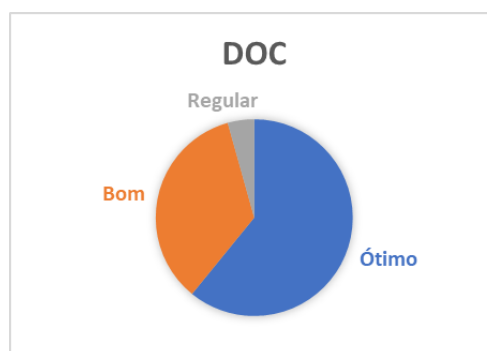
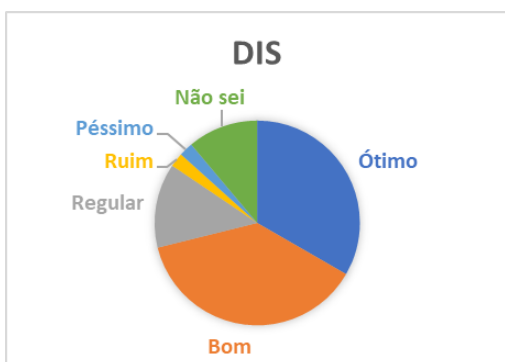
Tabela 4 - Respostas referentes ao EIXO 2, DIMENSÃO 1 – MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Eixo 2, Dimensão 1	1 - O seu conhecimento sobre a função social do IFG é:				2 - O seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019 prorrogado até 2025) é: (CPA) são:			
	%	DIS	DOC	TAE	\bar{x}	DIS	DOC	TAE
Ótimo	33,33	60,87	35,48	43,23	8,89	17,39	9,68	11,99
Bom	37,78	34,78	58,06	43,54	24,44	52,17	41,93	39,51
Regular	13,33	4,34	6,45	8,04	13,33	23,91	29,03	22,09

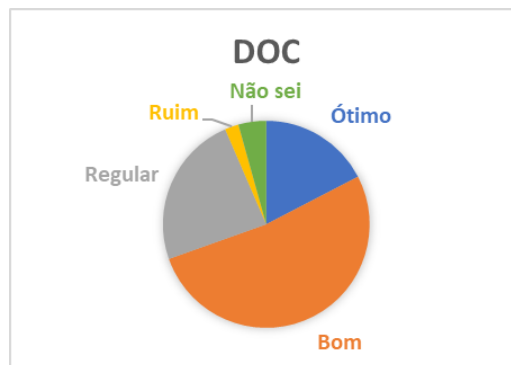
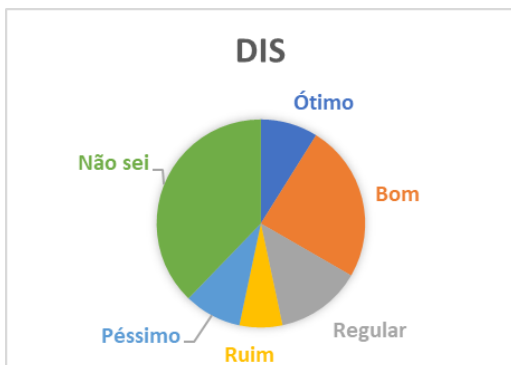
Ruim	2,22	0,00	0,00	0,74	6,67	2,17	9,68	6,17
Péssimo	2,22	0,00	0,00	0,74	8,89	0,00	0,00	2,96
Não sei	11,11	0,00	0,00	3,70	37,78	4,34	9,68	17,27
Aprovação	71,11	95,65	93,54	86,77	33,33	69,56	51,61	51,50

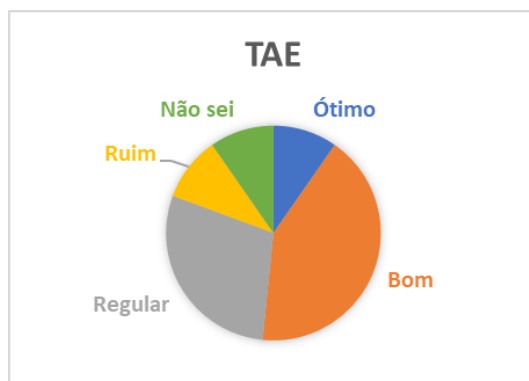
DIS – Discentes; DOC – Docentes; TAE – Técnicos Administrativos, \bar{x} – média; na – não avaliado.

Análise gráfica da Questão 1



Análise gráfica da Questão 2





5.3. AVALIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

5.3.1 RESPEITO PELAS DIFERENÇAS ÉTNICAS, RELIGIOSAS, POLÍTICAS, DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Sob o aspecto do conhecimento sobre a Avaliação da Responsabilidade Social da Instituição, na dimensão que referencia o respeito pelas diferenças étnicas, religiosas, políticas, de gênero e sexualidade na comunidade do IFG - Campus Aparecida de Goiânia pode-se observar uma média total de 81,70%, destacando-se uma média de 93,55% entre os TAEs, de 71,11% entre os discentes e de 80,43% entre os docentes. Ou seja, em relação a este aspecto levantando, as avaliações, nos segmentos técnicos administrativos e docentes, enquadram-se no MANTER e no segmento discente, enquadra-se em DESENVOLVER.

5.3.2 INCENTIVO À PROMOÇÃO DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

O incentivo realizado pela gestão do campus, bem como as orientações feitas pelo quadro de professores para que os alunos participassem das ações de pesquisa e extensão existentes na instituição foram bem avaliadas pelo presente levantamento. O resultado dessas ações, na avaliação, obteve aprovação de 75,56 entre discentes, 67,39 entre docentes e 74,19 entre técnicos administrativos. Com isso enquadrando-se no nível de DESENVOLVER esse tipo de conduta. Com isso, fica claro ser necessário atentar para a necessidade melhorar a divulgação realizada pelo campus em relação a atividades científicas e tecnológicas que são feitas.

5.3.3 DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E DE ADMINISTRAÇÃO

Tal item foi o pior avaliado dentre as quatro dimensões analisadas, mas, mesmo assim, os resultados não foram insatisfatórios. Entre os discentes, 57,78% responderam positivamente, entre os docentes o índice foi de 47,82% e entre os técnicos 61,29%, com média geral de 55,63%, desse modo enquadrando-se no nível DESENVOLVER. Como se percebe há uma necessidade de atentar para essa situação dentro do campus.

5.3.4 POLÍTICA DE INCLUSÃO E ACOMPANHAMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADES

Os discentes foram os que melhor avaliaram esse item com 82,22% de respostas positivas. Em seguida foram os técnicos, com 64,52% de respostas positivas e, por último, ficou a avaliação dos docentes, com 60,87%. Com isso, entre os discentes, o nível de aprovação aponta para o MANTER, enquanto entre docentes e técnicos, as respostas nos indicam que se deve DESENVOLVER melhor tal item. Como a média de suas avaliações atingiu o valor positivo de 69,20%, percebe-se que, apesar de certa boa avaliação, o item enquadra-se no nível DESENVOLVER.

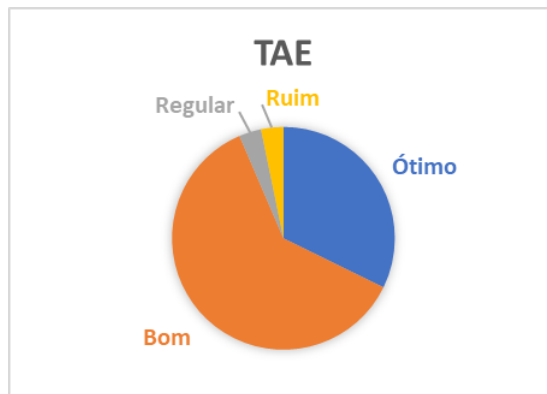
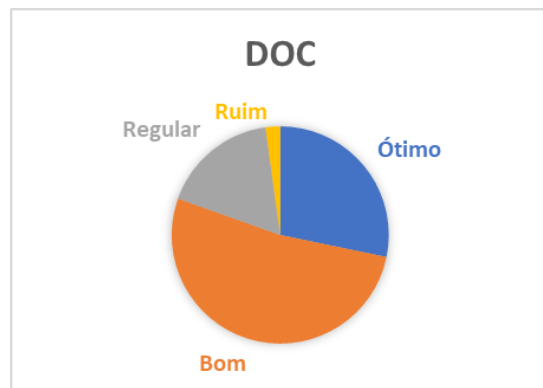
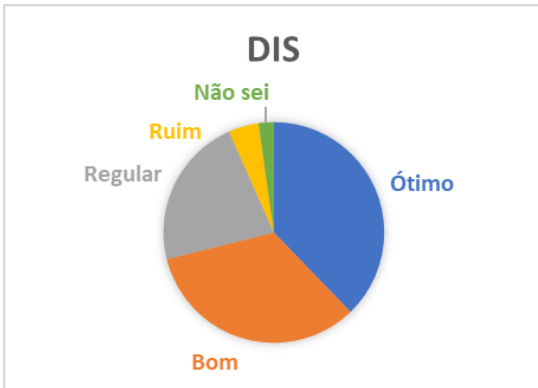
Tabela 5 - Respostas referentes ao EIXO 2, DIMENSÃO 3 – RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

Eixo 2, Dimensão 3	1 - O respeito pelas diferenças étnicas, religiosas, políticas, de gênero e sexualidade na comunidade do IFG é:				2 - O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico				3 - O desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração,				4 - A política de inclusão e acompanhamento de pessoas com necessidades			
	%	DIS	DOC	TAE	\bar{X}	DIS	DOC	TAE	\bar{X}	DIS	DOC	TAE	\bar{X}	DIS	DOC	TAE
Ótimo	37,78	28,26	32,26	32,77	35,56	21,74	19,35	25,55	17,78	13,04	12,90	14,57	31,11	21,74	16,13	22,99
Bom	33,33	52,17	61,29	48,93	40,00	45,65	54,84	46,83	40,00	34,78	48,39	41,06	51,11	39,13	48,39	46,21
Regular	22,22	17,39	3,23	14,28	13,33	23,91	25,81	21,02	24,44	34,78	32,26	30,49	11,11	32,61	32,26	25,33
Ruim	4,44	2,17	3,23	3,28	2,22	6,52	0,00	2,91	6,67	10,87	0,00	5,85	0,00	4,34	0,00	1,45
Péssimo	0,00	0,00	0,00	0,00	2,22	2,17	0,00	1,46	2,22	0,00	0,00	0,74	2,22	0,00	0,00	0,74

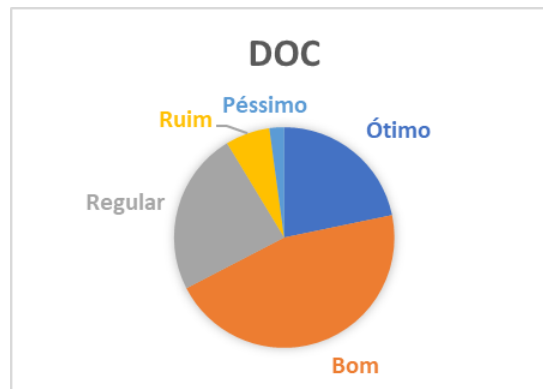
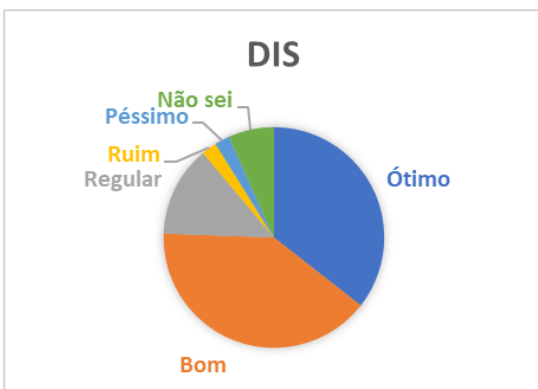
Não sei	2,22	0,00	0,00	0,74	6,67	0,00	0,00	2,22	8,89	6,52	6,45	7,29	4,44	2,17	3,23	3,28
Aprovação	71,11	80,43	93,55	81,70	75,56	67,39	74,19	72,38	57,78	47,82	61,29	55,63	82,22	60,87	64,52	69,20

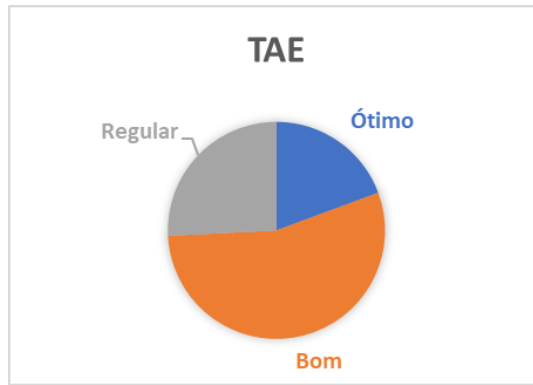
DIS – Discentes; DOC – Docentes; TAE – Técnicos Administrativos. X – média. na -não avaliado.

Análise gráfica da Questão 1

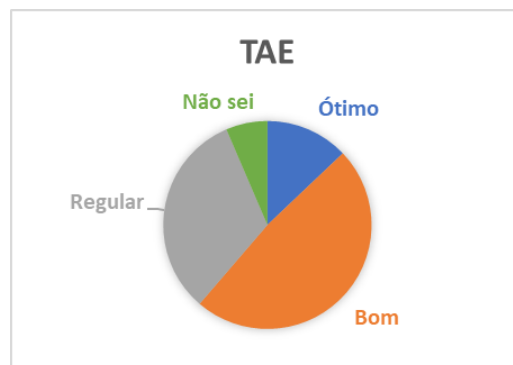
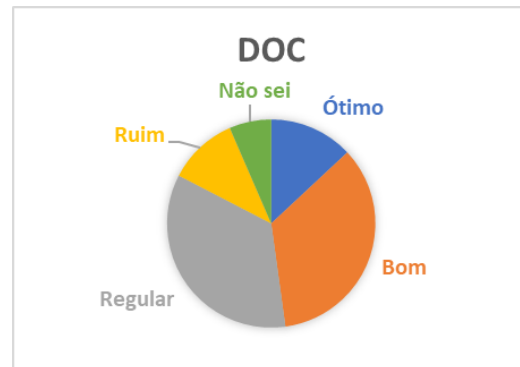
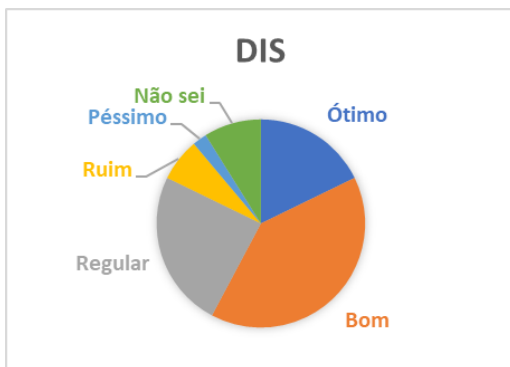


Análise gráfica da Questão 2

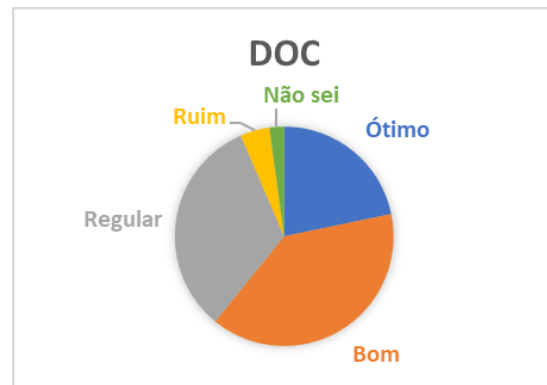
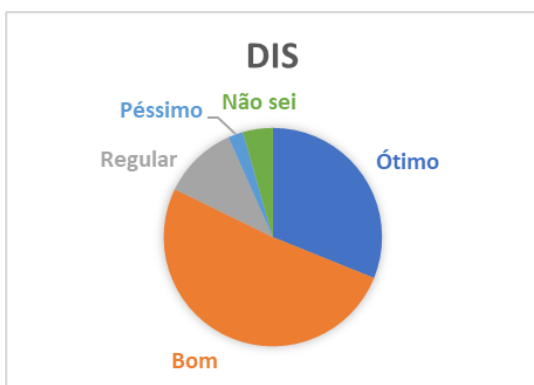


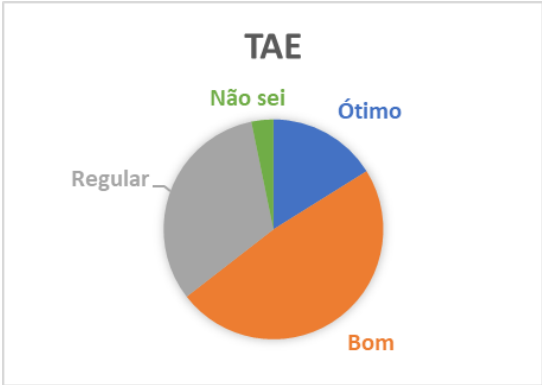


Análise gráfica da Questão 3



Análise gráfica da Questão 4





6-CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autoavaliação institucional realizada no Câmpus Aparecida de Goiânia, no ciclo de 2025, reafirma a relevância da Comissão Própria de Avaliação (CPA) como instrumento estratégico de diagnóstico, monitoramento e indução de melhorias no âmbito acadêmico e administrativo, em consonância com as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

A atuação da Comissão Local, instituída formalmente e retomada de forma sistemática neste ciclo, representa um passo importante na consolidação da cultura avaliativa no Câmpus. O processo contou com a participação de 122 respondentes, distribuídos entre docentes (46), discentes (45) e técnicos-administrativos (31), correspondendo a aproximadamente 16,8% da população total do Câmpus (724 membros). Dos três segmentos destacamos a maior participação dos técnicos e dos docentes. No caso dos discentes, a participação foi bem baixa em decorrência de inúmeros fatores, dentre eles a questão relativa ao uso do email institucional, apontamos como principal problema a exigência do email institucional como impeditivo dos estudantes, uma vez que muitos não sabiam seu próprio email ou, mesmo, não os possuíam..

Considerando os resultados evidenciados, fica clara a necessidade de fortalecimento das estratégias de mobilização, especialmente junto ao corpo discente, cuja participação é essencial para a representatividade e legitimidade do processo avaliativo. Do ponto de vista institucional, os dados evidenciam que o Câmpus Aparecida encontra-se consolidado, com crescimento expressivo do corpo discente e docente.

No que se refere aos resultados da avaliação, observa-se que o Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional apresenta questões frágeis. Os indicadores relacionados ao conhecimento dos resultados da CPA e à percepção sobre os encaminhamentos institucionais situam-se na faixa de MELHORAR, evidenciando deficiência na comunicação institucional e na apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica.

Em relação ao conhecimento da comunidade acadêmica acerca dos resultados do último processo de autoavaliação conduzido pela CPA, os índices de avaliação positiva foram de bem baixos e destaca-se a elevada incidência de respostas “Não sei”, especialmente entre discentes, algo que expõe fragilidades nos processos de comunicação e divulgação dos resultados da CPA no âmbito do Câmpus.

No âmbito do Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional, a Dimensão 1 revela um cenário contrastivo, mas os resultados são satisfatórios já que enquadram-se nos níveis MANTER ou DESENVOLVER. Mas o conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

apresenta realidade complexa, definida pela categoria MELHORAR, especialmente entre discentes. Esse descompasso evidencia a necessidade de aproximar o planejamento estratégico da vivência cotidiana da comunidade acadêmica.

Na Dimensão 3 – Responsabilidade Social, os resultados são majoritariamente positivos, com indicadores classificados como MANTER e DESENVOLVER nos aspectos relacionados à diversidade, incentivo à ciência e políticas de inclusão. Porém, quando avaliados sobre a dimensão desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, verifica-se que houve uma aprovação pouco satisfatória, estando enquadrada na categoria DESENVOLVER. Tal situação alerta para a necessidade de maior inclusão de estudantes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão no Câmpus.

Diante desse conjunto de evidências, a Comissão Local de Avaliação do Câmpus Aparecida de Goiânia identifica como principais pontos críticos:

- Fragilidade na comunicação institucional, especialmente no que se refere à divulgação dos resultados da CPA e do PDI;
- Baixa apropriação dos instrumentos de planejamento institucional pela comunidade acadêmica;
- Participação reduzida dos discentes no processo de autoavaliação;
- Necessidade de ampliação da infraestrutura física do Câmpus;
- Necessidade de fortalecimento das políticas de ensino, pesquisa e extensão do Câmpus.

Como encaminhamentos, sugere-se:

- Implementação de estratégias estruturadas de comunicação institucional, com linguagem acessível e múltiplos canais de divulgação;
- Realização de ações formativas e seminários sobre o PDI e os resultados da CPA, promovendo maior engajamento da comunidade acadêmica;
- Ampliação das estratégias de mobilização para participação discente, incluindo integração com atividades acadêmicas e uso de sistemas institucionais;
- Planejamento institucional voltado à expansão da infraestrutura física do Câmpus;
- Fortalecimento das políticas de pesquisa e extensão, ampliando incentivos para docentes e técnicos-administrativos, de modo ampliar as possibilidades de participação dos estudantes.

Para finalizar, destacamos que o presente relatório não deve ser compreendido apenas como instrumento diagnóstico, mas como base para a tomada de decisões e para a implementação de ações concretas de melhoria. A consolidação de uma cultura avaliativa no Câmpus Aparecida de Goiânia depende, fundamentalmente, da capacidade institucional de transformar os resultados aqui apresentados em práticas efetivas de gestão, garantindo, assim, a melhoria contínua da qualidade acadêmica e o cumprimento de sua função social.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

BRASIL, Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

CONSUP/IFG nº 006, de 31 de março de 2014. Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA. 2014. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/resolucao172015.pdf>

CONSUP/IFG nº21, de 07 de dezembro de 2015. Institui a CPPIR no âmbito do IFG. Disponível em: <http://w2.ifg.edu.br/index.php/resolucoes>

CONSUP/IFG nº30 ,de 02 de outubro de 2017 no IFG. Institui o NAPNE no âmbito do IFG. Disponível em: <http://w2.ifg.edu.br/index.php/resolucoes>

CONSUP/IFG .Resolução 09 de 11 de novembro de 2011. Aprova o Regulamento da Jornada de Trabalho dos Servidores Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Disponível em: <http://w2.ifg.edu.br/index.php/resolucoes>

IFG-Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016 ; 2013. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/122/pdi.pdf> IFG.Plano de Dados Abertos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.2017; Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/servidor/138-tecnologia-da-informacao/4034-pda>

IFG.Minuta do Plano de Permanência e Êxito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/documentos-ensino?showall=&start=4>

IFG. Portaria 1289, de 10 de junho de 2016. Aprova as Normas de Funcionamento dos Restaurantes Estudantis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/106/Portaria%20Normas%20de%20funcionamento.pdf>

IFSC- Relatório de Autoavaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, 2016.

INEP/DAES/CONAES Nota Técnica nº 65/2014.Roteiro do Relatório de Autoavaliação Institucional. Disponível em: http://www.pucsp.br/cpa/downloads/nota-tecnica-inep-daes-conaes065.2014_roteiro-para-relatorio-de-autoavaliacao-institucional.pdf

MEC Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e

supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.